



Teoria Queer: contribuições e diálogos para o Estudo do Jornalismo

Gean Gonçalves

Resumo: O jornalismo, como fenômeno cultural, faz parte de um rol de espaços de sentido que expõem masculinidades, feminilidades e sexualidades. É um espaço por onde circulam ideias e crenças sobre existências possíveis, comportamentos e corpos adequados, assim como meio no qual se apresentam diversas tensões e instabilidades de gênero. Ocorre que esta é uma percepção ainda bastante escassa na formação do jornalista. Dessa forma, desejo, neste artigo, apresentar possíveis contribuições e diálogos que o Estudo do Jornalismo pode ter a partir da Teoria Queer. A Teoria Queer reúne perspectivas críticas dentro dos estudos de gênero que denunciam como a ordem social e política produz espaços de normalidade/normas e espaços de diferença/abjeção.

Palavras-chave: Jornalismo; Estudos de Gênero; Teoria Queer; Epistemologia; Diferença.

1. De onde veio o Queer? Eu sou Queer?

Antes de falarmos sobre o queer, é preciso compreender o que é o sujeito político LGBT. É uma sigla que, no Brasil, designa a experiência de vulnerabilidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, homens e mulheres transexuais. Internacionalmente, o T indica a presença de transgêneros no movimento, ou seja, o espectro de pessoas cuja identidade de gênero não se alinha à designação de gênero do nascimento em contraposição aos cisgêneros, quem está em concordância com o gênero designado para si.

É importante compreender que na dimensão de gênero há a identidade de gênero¹, que diz respeito à experiência interna e individual do gênero, profundamente sentida por

¹ Definição formulada com base nos Princípios de Yogyakarta (2006), documento referência das Nações Unidas sobre os direitos essenciais para a dignidade e humanidade de cada pessoa em virtude de seu gênero e/ou sexualidade.

cada pessoa, que pode ou não corresponder ao gênero atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (o que envolve, por livre escolha, modificação da aparência ou funções corporais por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero dadas inclusive pela vestimenta, modo de falar e demais maneirismos.

Já a sexualidade traz à tona a dimensão da orientação sexual², a capacidade de cada pessoa de experimentar uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como de ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

São classificações e conceitos que, recentemente, entraram em circulação após o intenso uso nos esforços taxinômicos e patologizantes das ciências médicas, psicológicas e legais e que foram transpostas e adaptadas pelo movimento social. Os arranjos e identificações sexuais e de gênero são, ao mesmo tempo, fontes de existência, percepção, revelação, proclamação, reconhecimento e prazer, mas também são fontes de desigualdade, de vulnerabilidade e de opressão. Gênero e sexualidade são dimensões culturais e políticas, uma cultura e uma política que podem ser complexas, confusas e muitas vezes contraditórias.

É certo que toda classificação apresenta o risco e o déficit de ser excludente ou não compatível com a complexidade de interpretações e de como as pessoas se apropriam e fazem uso dela. Recentemente, Queer passou a ser disseminado como mais uma identidade, aquela que abarca quem não está de acordo com as definições dominantes de masculinidade, feminilidade e sexualidade. Um termo que daria conta de contemplar as outras expressões e identificações não catalogadas na sigla LGBT, portanto, um termo aglutinador.

Com a ampla vocalização da teoria e prática feminista desde os anos 1970, diferentes autoras e autores foram responsáveis por importantes contribuições conceituais para se examinar as questões de gênero e sexualidade na contemporaneidade. Entre tais provocações epistemológicas estão os intitulados Estudos Queer. Uma vertente de teorias e práticas políticas que a priori poderia ser definida pela indefinição e pela inquietante crítica a normalização das identidades.

² Idem.

Diferente do contexto político dos Estados Unidos, de onde a palavra viajou, no Brasil, queer é uma palavra que ganha sentido, em muitos espaços, como uma perspectiva de estudos. Temos localmente apropriado o termo³, sobretudo, como achado teórico e conceitual para a produção de saber no campo do gênero e da sexualidade.

Do inglês, queer é uma palavra com uma carga pejorativa que pode ser traduzida como estranho, esquisito, ridículo, raro ou extraordinário (LOURO, 2015), mas que injúria, algo similar as ofensas “bicha” ou “viado” que tantos jovens com comportamentos diferentes das regulações do masculino escutam no Brasil.

Como parte de uma estratégia de valer-se de algo ofensivo, a comunidade LGBT dos Estados Unidos realizou um movimento de apropriação linguística e passou a utilizar a palavra como fonte de orgulho para expressar as práticas de vida em desacordo com as normas socialmente aceitas. Passou a designar como Queer o conjunto populacional com desejo de romper as amarras do projeto de poder normativo e regulador que as heterossexualidades constituíram.

Nesse sentido, considero o Queer uma força que desestabiliza, um movimento que aponta para a construção de modelos de masculinidade e feminilidade ao mesmo tempo que possibilita uma nova mentalidade em torno dos corpos que não se encaixam nesses modelos, ou seja, indica a existência e aceitação de quem sempre foi lido como estranho. Queer é a denúncia de imposições de comportamentos aos corpos de forma que nos coloca a pensar sobre os processos de instauração e osmose de normas culturais. Sonoramente diz: “Sou diferente, gosto de ser e quero o devido reconhecimento da minha diferença”.

Em pouco tempo, Queer também passou a sintonizar uma crítica às lésbicas, gays e bissexuais que atuam ou colaboram para uma política de assimilação ou de limpeza das condutas sexuais dissidentes à hegemonia heterossexual, isto é, àqueles que utilizam o modelo heterossexual como perspectiva legítima de vida a ser seguida. Portanto, o queer nasceu como postura política e foi alçado à vertente de estudos das normalizações. Não é possível pensar de modo queer sem a influência dos novos sujeitos históri-

³ No texto "Traduções e torções" (publicado na Revista Periódicus, 1ª edição de 2014), Larissa Pelúcio, professora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Unesp, dedica-se a apontar como o pensamento queer em terras brasileiras se tornou uma teoria de combate com poucos frutos e elaborações no ativismo.

cos que passam a demandar direitos e que constantemente reavaliam as estratégias empregadas ou as que estão em uso. Queer também é o fazer crítico que tenciona o projeto e os protagonistas de lutas emergentes.

Se o movimento gay e lésbico tradicional tinha como preocupação mostrar que homossexuais eram pessoas normais e respeitáveis, o movimento queer vem para dizer: “olha, mesmo os gays e lésbicas respeitáveis em certos momentos históricos serão atacados e novamente transformados em abjetos”. A maior parte das pessoas, sobretudo as que estavam com o HIV, não faziam parte desse grupo pelo qual o movimento homossexual forjado na década de 1960 lutava. Em sua maior parte, o movimento homossexual emerge marcado por valores de uma classe-média letrada e branca, ávida por aceitação e até mesmo incorporação social. (MISKOLCI, 2015, p. 24)

De acordo com o sociólogo Richard Miskolci (2009), originada a partir dos Estudos Culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo francês, a Teoria Queer ganha notoriedade como contraponto crítico à política de identidades dos movimentos sociais, uma vez que a perspectiva de minoria sexual termina por manter e naturalizar a norma heterossexual.

Os primeiros teóricos queer rejeitaram a lógica minorizante dos estudos sociocientíficos em favor de uma teoria que questionasse os pressupostos normalizadores que marcavam a Sociologia canônica. A escolha do termo queer para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma análise da normalização que, naquele momento, era focada na sexualidade (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Baseada em uma interpretação do sujeito da filosofia pós-estruturalista, desconstruído e constituído, como mutável, circunstancial e fragmentado, os estudiosos queer começam a apontar que nada é natural, nenhuma experiência é dada, as divisões binárias do gênero, e por consequência dos corpos alvos da sexualidade, são atribuídos a partir de parâmetros formulados por regimes de verdade:

[...] não é o momento do nascimento e da nomeação de um corpo como macho ou como fêmea que faz deste um sujeito masculino ou feminino. A construção do gênero e da sexualidade dá-se ao longo de toda a vida, continuamente, infundavelmente. Quem tem a primazia nesse processo? Que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas? (LOURO, 2008, p. 18)

Além das teorizações que problematizam o pressuposto de curso natural da heterossexualidade e o lugar de desvio da homossexualidade, a Teoria Queer é marcada pe-

las obras de Michel Foucault e Jacques Derrida. A partir de Foucault, expõe-se o caráter discursivo e repressivo da sexualidade em nossas sociedades. Mostra-se como a sexualidade se tornou objeto do poder disciplinar por meio de sexólogos, psiquiatras, psicanalistas, educadores, de forma a ser descrita e, ao mesmo tempo, regulada, saneada, normalizada por instâncias sociais como as Religiões, a Ciência e a Justiça na tentativa de delimitar as formas aceitáveis e as formas perversas da sexualidade.

Por meio de Foucault (1988), aponta-se ainda o movimento contemporâneo de proliferação de identidades, prazeres específicos em conjunto com os discursos sobre a sexualidade. Já na leitura de Derrida, postula-se um método: a analítica da desconstrução. Para o filósofo, a razão ocidental opera, tradicionalmente, por dualismos: a partir de uma posição se formula o lugar do “outro”, o oposto ao normal é hierarquizado como inferior.

De acordo com Derrida, essa lógica pode ser abalada com um processo estratégico de desestabilização dos pares por meio da denúncia da complementariedade e interdependência das oposições de forma a minar e perturbar o próprio discurso que o afirma. Desconstruir é um ato analítico de desfazer polaridades e tecer um quadro de referência mais rico e complexo.

É possível compreender os Estudos Queer como uma empreitada que expõe a imposição da heterossexualidade como um regime político-social que regula corpos, um dispositivo de poder com base em marcadores sociais de diferença que efetiva posições sociais de hegemonia e outras de subalternidade, isto é, uma ordem compulsória que garante privilégios políticos, culturais e econômicos para uns e não para outros.

Os estudos “queer” sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença. (MISKOLCI, 2009, p. 154)

Como campo epistemológico, a Teoria Queer proporciona ferramentas para perceber e explorar melhor as relações que implicam a heterossexualidade como expectativa, demanda e obrigação social, já que ela é fundamentada pela cultura como natural e ordem legítima da sexualidade, mas não só. Permite ainda pensar como operações históricas incitam hegemonias e subalternidades em virtude da imposição social de normas e convenções culturais. Nesta ação, o poder não é algo associado com um grupo, com

uma instituição ou com um indivíduo, mas um elemento relacional e cultural que é variável e contextualizado.

As confluências de um ativismo político e de um ativismo acadêmico em torno da condição marginal das pessoas LGBT produziram este campo que coloca em xeque os modos como se produz a desigualdade. Neste foco, olha-se com mais atenção para confluências de formas diferentes de organizar as pessoas (raça, classe, gênero e sexualidade) e com isso se preocupa com as violências impostas aos trabalhadores do sexo, aos homens e às mulheres transexuais, às travestis, às mulheres negras periféricas, às bichas negras e afeminadas. Sujeitos que lidam com múltiplos estigmas e são relegados à abjeção em diferentes espaços sociais.

2. Do que vale a Teoria?

Como toda corrente teórica, a Teoria Queer traz contribuições, mas conta com limitações para ler e compreender o mundo. Em geral, o aporte teórico queer nos ajuda a pensar os arranjos de gênero e de sexualidade como questões culturais e de uma política de reconhecimento de corpos, uma ordem marcada por desigualdades e opressões, que regula acessos, oportunidades e direitos, o que tem levado, tanto em nível local quanto global, para um cenário com constante renovações nas demandas políticas.

As transformações políticas e culturais nos últimos cinquenta anos repercutiram na produção do conhecimento. Desenvolveram-se novas percepções, novos sentidos e uma terminologia de gênero. Entre as novas compreensões, toca, principalmente, a noção do gênero e da sexualidade como algo que é forjado tanto no meio cultural como seria por fatores biológicos. Uma diluição do peso científico dado as explicações e paradigmas autoritários que vinham da Biologia, da Medicina, das Ciências Jurídicas e na melhor das hipóteses por meio da Psicologia, da Psiquiatria e da Psicanálise.

Não por acaso, no Brasil, a área de estudos da sexualidade ganha um repertório das Ciências Sociais, a partir dos anos 1980, que contesta categorias sexuais como da ordem da essência ou da natureza humana. As pesquisas de José Fábio Barbosa da Silva, Peter Fry, Edward McRae, Luiz Mott, Carmen Dora Guimarães e Néstor Perlongher

fizeram uma exploração e inserção da sexualidade nas esferas do cultural, do histórico, do sociológico e do antropológico.

Contudo, tais estudos corroboraram para conhecer e respeitar, mas focaram em gays e lésbicas, de modo que se instalou uma percepção sobre formas de vivências sexual não hegemônicas pela ideia de cultura e política das minorias. Nesta etapa, nos Estados Unidos, apesar dos universos muito distintos, os estudos sobre homossexualidade são alimentados pela intuição de que era extremamente importante começar a questionar a hegemonia hétero como cultural e política. De se questionar o lugar restrito de minoria sexual e a impressão de que a maioria das pessoas são heterossexuais pelos dispositivos “naturais” do meio.

Com isso, os primeiros estudos queer modificaram o pressuposto da heterossexualidade. Mostrou-se que as pessoas transitam entre diferentes formas e arranjos da sexualidade, que não cabem apenas em um binômio de orientações (hétero-homo). Outro passo foi dado em virtude de a Teoria Queer ser uma produção de uma vertente do feminismo que, da mesma forma que outras vertentes, questiona, por exemplo, a unidade do sujeito-mulher (sem as idiosincrasias) de forma que a sociedade estaria organizada em masculinidades e feminilidades que cabem em homens e mulheres, em dois tipos de corpos, apenas em um par de construtos culturais.

O termo Teoria Queer é atribuído a Teresa de Lauretis como uma tentativa da acadêmica de fechar uma unidade para um conjunto de pesquisas, teóricos e teóricas muitas vezes dispersos e até mesmo discordantes. Assinala-se que seria uma corrente nascida a partir dos anos 1990, em virtude da divulgação de livros influenciadores como *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, e *A epistemologia do armário*, de Eve Kosofsky Sedgwick.

Desde que aportou no Brasil, a Teoria Queer provocou questionamentos quanto às possíveis traduções, ou seja, os modos como tal estofa teórico seria absorvido e significado para as experiências marginais brasileiras. Em síntese, os estudos queer no Brasil necessitaria de uma perspectiva para além do norte global. Não por uma questão geográfica, mas sim de um conhecimento adequado, relevante e arejado pelas vivências latino-americanas. Neste quadro, apontamentos críticos são feitos à teoria queer e possibilida-

des epistemológicas estão sendo desenhadas agora que o pensamento queer se torna uma expressão política de alguns movimentos sociais e artísticos brasileiros.

Outro ponto de crítica é a abstração teórica. A literatura de gênero passou a um lugar de contemplação e análise que a torna pouco pragmática. De acordo com a socióloga transexual australiana Raewyn Connell, em *Gênero: uma perspectiva global* (2015), os estudos queer se preocupam mais com a representação, a linguagem e a diferença do que com a políticas públicas com as quais feministas e pessoas LGBT estão lidando ao redor do mundo.

Apesar dessas ressalvas, a Teoria Queer vem enriquecer o conceito de gênero. É responsável por sofisticar e enriquecer os estudos gays e lésbicos com uma perspectiva crítica do feminismo. Como vertente teórica, mais do que rompimentos, ela acentua os nossos olhares:

Um olhar queer sobre a cultura convida a uma perspectiva crítica em relação às normas e convenções de gênero e sexualidade que permitem – e até mesmo exigem – que muitas pessoas sejam insultadas cotidianamente como esquisitas, estranhas, anormais, bichas, sapatões, afeminados, travestis, boiolas, baitolas, e por aí vai. Pensem sobre essas pessoas e ficará um pouco mais claro, espero, por que queer não é sinônimo de gay ou de homossexual. Também espero que percebam que nada, ou muito pouco, adianta buscar passar da injúria para uma tabela de identidades, de forma que fosse possível dizer assim: “eu vou respeitar fulano, porque fulano é tal coisa”. A ideia não é apenas descobrir a forma correta de chamar alguém, mas, antes questionar esse processo de classificação que gera o xingamento: a primeira experiência com relação à sexualidade de todo mundo, seja daquele que foi rejeitado e aprendeu que não era normal, seja de quem adotou as normas e se inseriu socialmente de uma forma mais fácil, digamos assim, é a experiência da injúria. (MISKOLCI, 2015, p. 33)

Com a ajuda do referencial queer, passamos a compreender o contemporâneo como o tempo-espço no qual corpos deixam de ser interpelados (sem o devido questionamento) por uma ordem binária majoritária (homem-mulher) e de ser compulsoriamente heterossexual. Para um horizonte que abraça possibilidades de neutralidade, multiplicidade, negação e fluidez das masculinidades, feminilidades e sexualidades. Desenha-se a multiplicidade de vozes, desejos e projetos coletivos que habitam os coletivos sexuais e de gênero.

São posturas ético-políticas identificadas como queer, mas que para além do nome, refletem as disputas em torno dos regimes de representação política, bem como uma

forte crítica aos sistemas de produção de saberes científicos hegemônicos. É como bem sintetiza a professora Berenice Bento (2006):

Esses estudos se organizaram a partir de alguns pressupostos: a sexualidade como um dispositivo; o caráter performativo das identidades de gênero; o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero; o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias precisas. Em torno desse programa mínimo, propõe-se *queering*, o campo de estudos sobre sexualidade, gênero e corpo. (BENTO, p. 81)

3. E o jornalismo? Jornalistas são educadores sexuais?

Os estudos queer foram percebidos no Brasil no início dos anos 2000: como uma teoria de ação/reflexão, capaz de se valer dos aportes de Foucault, Derrida, do feminismo da diferença, dos estudos pós-coloniais e culturais para desafiar não somente a sexualidade binária e heterossexual, mas a matriz de pensamento que a conforma e sustenta. Certamente, não foi recebida assim de forma unânime. Algumas pessoas viram nos aportes teóricos e conceituais das/dos teóricas/os queer uma possibilidade de atualizar os estudos gays e lésbicos que já se fazia no Brasil desde a década de 1980. (PELÚCIO, 2014, p. 8)

No Brasil, a Teoria Queer teve entrada por meio do campo da Educação, espaço privilegiado de reflexão sobre a formação dos sujeitos. A educadora gaúcha Guacira Lopes Louro articulou pioneiramente e de forma criativa à realidade brasileira tais reflexões, a partir da experiência dela na Universidade da Califórnia, em virtude de uma oportunidade de estudo, no fim nos anos 1990.

A intelectual, a partir da veiculação do texto *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação* (2001), na Revista Estudos Feministas, foi responsável pela circulação dessa vertente de estudos na área educacional brasileira e por uma nova sensibilidade acadêmica que atingiu as mais diversas áreas do conhecimento: Sociologia, Psicologia, Linguística e Comunicação.

No Brasil, com a década de 1970, formula-se o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), e anteriormente, no contexto de política repressiva e de preservação dos bons costumes na Ditadura Militar (1964-1985), nos grandes centros urbanos, elabora-se a ideia de uma comunidade a partir da experiência dos guetos homossexuais. Nessa teia social, aos poucos, todo um aparato cultural começa a disseminar as inquietações feministas, raciais e homossexuais. Nascem revistas, aparecem artigos isolados em jor-

nais, panfletos, publicidade, teatro e artes com caráter libertador da sexualidade e com críticas voltadas a heterossexualização da sociedade.

É desse momento o jornal *Lampião da Esquina*, um dos primeiros periódicos produzidos por homossexuais, que contribui significativamente para o processo de organização de uma luta pela liberação sexual, o que hoje, chamamos de militâncias LGBT, manifestações política com elaboração e reelaboração de identidades coletivas (FACCHINI, 2005).

A antropóloga Regina Facchini (2005) pontua que se trata do nascimento do projeto de politização. O segmento homossexual já era pulsante nas grandes cidades e a sociabilidade já demarcava espaços urbanos, no eixo Rio-São Paulo, é possível relembrar a circulação pelas ruas, as zonas de “pegação” e prostituição, bem como uma contracultura demarcada por shows e espetáculos teatrais protagonizados por travestis, transformistas e homens andróginos, as imagens da homossexualidade em revistas eróticas, na literatura e nas demais artes, como exemplo de tudo isso.

As condições que possibilitam o surgimento de um movimento homossexual no Brasil também tinham relação com o contexto de resistência política, com a formação de movimentos em prol da redemocratização e pela abertura política diante de uma moral autoritária. Com o tempo, uma diversidade de questões e estilos de militância passaram a compor o movimento brasileiro. Entre tantas realizações, no entanto, os conflitos internos são uma característica permanente.

[...] tensões e críticas internas já se faziam sentir. Para muitos (especialmente para os grupos negros, latinos e jovens), as campanhas políticas estavam marcadas pelos valores brancos e de classe média e adotavam, sem questionar, ideais convencionais, como o relacionamento comprometido e monogâmico; para algumas lésbicas, o movimento repetia o privilegiamento masculino evidente na sociedade mais ampla, o que fazia com que suas reivindicações e experiências continuassem secundárias face às dos homens gays; para bissexuais, sadomasoquistas e transexuais essa política de identidade era excludente e mantinha sua condição marginalizada. Mais do que diferentes prioridades políticas defendidas pelos vários ‘sub-grupos’, o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da identidade homossexual unificada que vinha se constituindo na base de tal política de identidade. A comunidade apresentava importantes fraturas internas e seria cada vez mais difícil silenciar as vozes discordantes. (LOURO, 2001, p. 544-545)

Gays e lésbicas foram representados como um grupo minoritário, que buscava avançar na ordem existencial por meio da igualdade e pela ampliação de direitos. Con-

tudo, afirmava-se, na prática e no discurso, uma identidade homossexual. Com a demarcação de tal fronteira, implantou-se uma disputa quanto às formas de representá-la.

Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações ‘positivas’ de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. (LOURO, 2001, p. 543)

Diante desse cenário, é possível salientar que historicamente temos vivido em múltiplos discursos sobre a sexualidade, discursos que são pronunciados pelo jornalismo. Assistimos a uma explosão visível das sexualidades, mas sobretudo, as disputas em torno das fronteiras tradicionais de gênero e sexualidade, que põem em xeque os limites das divisões masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual no seio das narrativas culturais do contemporâneo.

Os teóricos e as teóricas queer ambicionam uma mudança epistemológica que efetivamente rompa com tais lógicas dicotômicas e com os efeitos de classificação, de hierarquia, de dominação e de exclusão de corpos. Dessa forma, o que está em disputa são as narrativas culturais e os meios pelos quais elas se disseminam e se tornam pedagógicas da sexualidade.

O alvo direto da teoria queer é o regime de poder-saber. Nesse sentido, as narrativas culturais não teriam as diferenças como formas a serem apreciadas ou toleradas. **O processo de leitura das diferenças dado pela experiência das narrativas seria convertido em um processo de reconhecimento da instabilidade e da precariedade de todas as identidades.**

Como narrativa cultural, o jornalismo em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, teria que dar conta das disputas e dos conflitos, bem como ser parte do processo que impede a formação de posições centrais e marginais. Tornar evidente a heteronormatividade e pôr em questão as classificações e enquadramentos. Apreciar a transgressão e explorar as singularidades e a fluidez.

Como fazer isso? Discutir as legitimidades, o que é natural e o que está dado. É uma proposta desconcertante e perturbadora, mas acima de tudo arriscada. De acordo com a professora Guacira Lopes Louro (2008), há instâncias e espaços sociais com o

poder de inscrever em nossos corpos marcas e normas que devem ser seguidas. De forma sutil, a construção de aprendizagens e práticas dos gêneros e das sexualidades se dá por potentes pedagogias que se valem do papel de sedução e impacto orientador das narrativas midiáticas: telenovelas, anúncios publicitários, jornais, revistas, filmes, programas de TV, sites e blogs da internet.

Em março de 2017, o programa Fantástico, da Rede Globo, exibiu, em quatro episódios, os momentos da vida de pessoas transgêneros. A série especial *Quem Sou Eu?*⁴, comandada pela jornalista Renata Ceribelli, contou as histórias de pessoas trans em fases distintas. Entre as perguntas fundamentais da série de reportagens estava "O que a ciência já consegue explicar?".

Entre as boas intenções, principalmente, aquela de ressaltar a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, as reportagens apresentaram jornadas de autocohecimento de "pessoas que sentem ter nascido no corpo errado", uma vez que os corpos cisgêneros seriam os corpos naturais e corretos. É notável aqui que parte do jornalismo acompanha uma predileção cultural por uma ciência que daria conta de encontrar uma causa para o fenômeno da transexualidade, ignorando, saberes que nos interrogam sobre a existência do mistério, da influência da experiência cultural e da multicausalidade.

Dois momentos são cruciais na série de reportagens do Fantástico:

a) No episódio de apresentação da série, o conceito de gênero é abordado como o que identifica e diferencia homens e mulheres, o masculino e o feminino. Porém, com uma afirmação dos apresentadores Tadeu Schmidt e Poliana Abritta e da jornalista Renata Ceribelli que só existem dois. Transgênero é apontado como outra possibilidade, o além do masculino e do feminino. O respaldo ao conteúdo está na perspectiva médica de classificação da disforia de gênero⁵.

⁴ A série especial está disponível online: <especiais.g1.globo.com/fantastico/2017/quem-sou-eu>.

⁵ A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da American Psychiatric Association - APA, também conhecido como DSM-5 traz a classificação disforia de gênero, que é a marcante experiência de incongruência entre o gênero e o sexo atribuído ao nascimento. No CID 10 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde), publicada pela Organização Mundial de Saúde, há a descrição patológica do transexualismo (CID F640), travestismo bivalente (CID F641), transtorno de identidade

b) A fonte especializada que dá sentido ao tema, o psiquiatra Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório de Transtornos de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas (HC) em São Paulo, ensaia uma definição científica de discordância na gestação entre a formação genital e a formação cerebral, ou seja, haveria a possibilidade de arranjos entre o “sexo masculino ou feminino” e o “cérebro masculino ou feminino”. Abdica-se assim de pensar em efeitos culturais e psicológicos na construção da identidade, resume-se a transexualidade a uma determinação biológica. Dá-se o veredicto que pessoas trans nascem assim.

Para LOURO (2008), a construção dos gêneros e das sexualidades se dá também por orientações e ensinamentos que parecem absolutos, “especialistas” em família, da escola, da igreja, de instituições legais e médicas são quase soberanos. Fazem parte das vozes que assentam e reiteram por várias instâncias normas culturais. Por sua vez, o jornalismo ecoa aqui e ali as orientações que provêm de campos consagrados, como a medicina e a ciência.

O jornalismo teria, portanto, o peso de uma atividade semelhante a outras pedagogias culturais. Escuta mentalidades e discursos hegemônicos com pouca margem para derivações de verdade. Os profissionais de Comunicação – em especial, os jornalistas – exercem um papel fundamental de promoção de certas compreensões de mundo. Entre as quais, põe em evidência elaborações sexuais e de gênero a partir de esquemas binários e heterocentrados.

Em a *Pedagogias da sexualidade* (2015), Guacira apresenta um ponto modal ao debate sobre as representações jornalísticas. Ela indica que as representações culturais em qualquer meio são atravessadas por significados atribuídos a partir de ordenamentos que circulam em sociedade. No jornalismo, não poderia ser diferente, a heterossexualidade é abordada como referência. Muitas narrativas reforçam informações e habilidades de gênero. Dão coerência a profundas imposições culturais. Nesse contexto, muitas das representações prezam identidades hegemônicas:

Distintas e divergentes representações podem, pois, circular e produzir efeitos sociais. Algumas delas, contudo, ganham uma visibilidade e uma força tão grandes que deixam de ser percebidas como representações e são tomadas

sexual na infância (CID F642), outros transtornos da identidade sexual (CID F648) e transtorno não especificado da identidade sexual (CID F649).

como sendo a realidade. Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião, etc.) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. (LOURO, 2015, p. 16)

A produção da heterossexualidade na mídia é acompanhada da rejeição ou assimilação da homossexualidade em termos de conceber discursos dos modos de ser normal. Sentimento que é rigidamente incutido tanto na produção das masculinidades quanto nas feminilidades. Exemplo disso é a vigília das expressões físicas dos afetos entre homens, assim como quais gestos devem ser empregados por homens e comportamentos adequados para as mulheres.

Há um disciplinamento para os corpos, de modo que o jornalismo muitas vezes, sutilmente, encoraja determinadas posturas, estilos e práticas masculinas na política, no trabalho, no esporte e na cidadania por meio de valores e orientações em torno do poder, da liderança, da competição e da violência. Já as posturas, estilos e práticas femininas estão asseguradas pelo modo como as mulheres são medidas, domesticadas e coagidas em torno da beleza, da família, da vida doméstica, do sexo e da saúde. Tais pedagogias são exercidas mais diretamente em revistas de gênero, mas também estão presentes nas demais narrativas do jornal, do rádio, da TV e da internet.

É um investimento nas formas de ser e nos jeitos de viver a sexualidade e o gênero. Apontam-se **sugestões, modelos e posições de gênero que inscrevem desejos e comportamentos, narrativas que aparecem como guias confiáveis de que tipos de homem ou de mulher podemos desejar ser**. São imposições que mesmo quando inalcançáveis, têm consequências, ou seja, tornam-se referências e modos de adestrar corpos.

No entanto, **é possível olhar para narrativas jornalísticas como possíveis contradiscursos ao sistema corpo-sexo-gênero**. Em outras palavras, é preciso saber a partir de quem e de quais saberes se dá o reconhecimento do normal, do adequado, do sadio e, por consequência, de quem é colocado como diferente desse sujeito.

[...] os movimentos sociais organizados (dentre eles o movimento feminista e os das “minorias” sexuais) compreenderam, desde logo, que o acesso e o controle dos espaços culturais, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, os

currículos das escolas e universidades, eram fundamentais. A voz que ali se fizera ouvir, até então, havia sido a do homem branco heterossexual. Ao longo da história, essa voz falara de um modo quase incontestável. Construíra representações sociais que tiveram importantes efeitos de verdade sobre todos os demais. (LOURO, 2008, p. 20)

Trata-se de interrogar por quais mecanismos são implementadas hierarquias e relações de poder. Saber como a diferença é naturalizada através dos processos culturais, bem como apontar que as classificações dos gêneros e da sexualidade não dão conta das possibilidades de práticas e de identidades. Contudo, isso não significa que haja um livre trânsito sexual e de gênero, visto que há em vigor pessoas em posições marginais.

O que se quer é ressaltar a necessidade do exercício de novas complexidades e compreensões dos gêneros e sexualidades, opondo-se assim aos pensamentos hegemônicos que demarcam corpos com base em racionalismos, reducionismos e determinismos. É entrar em disputa com saberes instituídos em torno das sexualidades, gêneros e outras diferenças sociais. São passos necessários à mediação social, ao jornalismo, ou seja, para colocar em questão os déficits da relação com o Outro. Trata-se de um dos modos possíveis de pensar caminhos que possibilitam a transgressão, a perturbação, a intuição criativa e a transformação. A busca pela narrativa que incita a escuta de novos sujeitos, de novos diálogos.

Dessa forma, a prática da interação social (a Dialogia) aflora fôlegos e ganhos positivos que a evolução tecnológica e que as gramáticas técnicas do jornalismo não podem dar para a produção simbólica. As circunstâncias da escuta são um caminho eficaz para despoluir olhares sobre as questões de gênero e sexualidade. Daí advêm a necessidade de implementar novos afetos e novas solidariedades entre o Eu e o Tu, que estejam à margem das certezas.

Referências

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução da 3.ed e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria The-
reza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Sexualidade**: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v.
19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em 29 jun. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L (Org.). O Corpo edu-
cado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer**: uma política pós-identitária para a Educação. Revista
Estudos Feministas. Florianópolis, v. 9, n.2, 2001. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo
Horizonte: Autêntica, 2008.

MISKOLCI, Richard. A **Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normatiza-
ção. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. rev. e amplia-
da, 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto,
2015.

PELÚCIO, Larissa. **Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no
Brasil?**. Revista Periodicus, Vol. 1, nº 1, 2014.